



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

037

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0202505-2/01

AGRAVANTE: Antônio Gomes da Silva

AGRAVADO(S): FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e o FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

R
5524

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR MILITAR. REFORMA POR INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA. PLEITO DE RETIFICAÇÃO DE ATO DE REFORMA. PROVENTOS DO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR, DE "TERCEIRO-SARGENTO PM". INCABIMENTO. INCIDÊNCIA DO ART. 21, CAPUT, DA LC Nº 59/2004. IMPLANTAÇÃO DO ADICIONAL DE INATIVIDADE. AUSÊNCIA DE TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Com relação ao pleito preliminar de conhecimento do agravo retido, é de se reconhecer a perda de objeto do agravo em questão, uma vez que, tendo a ação sido julgada improcedente, a tutela perseguida a título antecipatório é a mesma que se busca com o presente apelo, agora em cognição exauriente (precedentes do STJ). 2. No que concerne ao argumento de inconstitucionalidade formal da ECE nº 16/99, observa-se que esta buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20, de 1998. 3. Deveras, com o advento da ECE nº 16/99, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo do art. 98, § 2º, "c", da Lei nº 6.783/74. 4. No caso vertente, o agravante foi reformado por incapacidade física definitiva, tendo a sua transferência para a inatividade se realizado com proventos do grau hierárquico imediato de "Cabo PM", em conformidade com o art. 21, caput, da LC nº 59/04, e atendendo-se ao escalonamento constante do Anexo I-A da referida Lei Complementar Estadual. 5. No que tange ao pleito de percepção do adicional de inatividade, nos moldes da Lei nº 10.426/90, o agravante não comprovou que, em 05 de junho de 1999, tivesse reunido as condições necessárias à sua transferência para a inatividade, de modo a permitir a invocação, em tese, de eventual direito adquirido à percepção do adicional de inatividade quando da subsequente formalização da aposentadoria. 6. Frise-se, ao cabo, que a matéria trazida à baila no presente recurso de agravo foi efetivamente enfrentada no julgamento da apelação cível, não tendo o agravante apresentado novos argumentos aptos a infirmar os termos em que lançada a decisão guerreada. 7. Recurso de agravo improvido.

RA 0202505-2/01




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

032

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0202505-2/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 26 de Junho de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

029

57
J

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0202505-2/01

AGRAVANTE: Antônio Gomes da Silva

AGRAVADO(S): FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e o FUNAFIN – Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto em face de decisão terminativa monocrática pela qual esta Relatoria **negou provimento** à **apelação cível**, em ordem a indeferir o pedido de retificação do ato de reforma do autor/apelante, a fim de que os seus proventos fossem fixados com base no grau hierárquico de “Terceiro-Sargento”, bem como o pedido de implantação do adicional de inatividade, nos moldes da Lei nº 10.426/90.

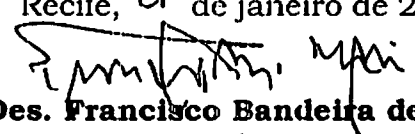
Em suas razões, requer o autor/agravante, preliminarmente, o conhecimento do agravo retido interposto contra o indeferimento do pedido de tutela antecipada.

Em seguida, sustenta, em apertada suma: i) a inconstitucionalidade formal da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, por ter tratado de matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo; ii) ter sido reformado por incapacidade física definitiva, em virtude do acidente de trabalho ocorrido no ano de 2006, contando à época com 25 (vinte e cinco) anos de serviços prestados à Corporação; iii) que o seu ato de reforma merece ser retificado para que os seus proventos sejam fixados com base na graduação hierárquica de “Terceiro-Sargento”, a teor do disposto no art. 98, § 2º, “c”, da Lei nº 6.783/74 e iv) a existência de direito adquirido à implantação do adicional de inatividade, nos termos do art. 91, § 2º, da Lei nº 10.426/90.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 2ª de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

58
1.
090

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0202505-2/01

AGRAVANTE: Antônio Gomes da Silva

AGRAVADO(S): FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e o FUNAFIN – Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

"Trata-se de apelação cível interposta em face de sentença que julgou improcedente o pedido formulado por Antônio Gomes da Silva contra o Estado de Pernambuco, a FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e o FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, objetivando a retificação do seu ato de reforma, a fim de que os seus proventos sejam fixados com base no grau hierárquico de "Terceiro-Sargento PM", bem como a percepção do adicional de inatividade nos moldes da Lei nº 10.426/90 e a condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos materiais e morais.

O pedido de antecipação de tutela foi indeferido às fls. 54.

Em seguida, o autor noticiou a interposição de agravo retido às fls. 59/65.

A sentença de fls. 98/103 excluiu o Estado de Pernambuco do pólo passivo da lide, e julgou improcedente o pedido, ao fundamento de que o demandante não reuniu as condições necessárias para sua transferência à inatividade antes da edição da ECE nº 16/1999.

Nas razões do apelo, às fls. 105/148, requereu o autor/apelante, preliminarmente, o conhecimento do agravo retido interposto contra o indeferimento do pedido de tutela antecipada. No mérito, alegou em breve suma: i) a inconstitucionalidade formal da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, por ter tratado de matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo; ii) ter sido reformado por incapacidade física definitiva, em virtude do acidente de trabalho ocorrido no ano de 2006, contando à época com 25 (vinte e cinco) anos de serviços prestados à Corporação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

091

iii) que o seu ato de reforma merece ser retificado para que os seus proventos sejam fixados com base na graduação hierárquica de "Terceiro-Sargento", a teor do disposto no art. 98, § 2º, "c", da Lei nº 6.783/74 e iv) a existência de direito adquirido à implantação do adicional de inatividade, nos termos do art. 91, § 2º, da Lei nº 10.426/90.

Em contra-razões, às fls. 151/162, a Fazenda Pública argüiu, preliminarmente, a inépcia da inicial por ausência de pedido certo e determinado, e, no mérito, aduziu em síntese que o adicional de inatividade foi extinto com o advento da ECE nº 16/99, não tendo o apelante preenchido as condições para ingresso na inatividade até 05 de junho de 1999, bem como que a promoção pleiteada não se coaduna com as normas aplicáveis na espécie.

É o relatório no essencial.

De início, rejeito a preliminar de inépcia da petição inicial argüida pela Fazenda Pública, uma vez que a ação encerra pedido certo e determinado de retificação do ato de reforma do autor/apelante, e a implantação da vantagem denominada "adicional de inatividade" nos seus proventos de inatividade.

Ademais disso, pedido ilíquido não se confunde com pedido indeterminado, sendo o respectivo quantum perfeitamente possível de ser apurado em fase de liquidação.

Desse modo, julgo prejudicada a preliminar em tela.

Com fundamento no art. 523, caput, do CPC, requereu o autor/apelante o conhecimento do agravo retido de fls. 59/65, pelo qual pleiteia pelo deferimento da antecipação dos efeitos da tutela.

Todavia, é de se reconhecer a perda de objeto do agravo retido em questão, uma vez que, tendo a ação sido julgada improcedente, a tutela perseguida a título antecipatório é a mesma que se busca com o presente apelo, agora em cognição exauriente.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça ementou:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MEDIDA LIMINAR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA JULGANDO A CAUSA. PERDA DE OBJETO DO RECURSO RELATIVO À MEDIDA ANTECIPATÓRIA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

092

1. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório" (Súmula 98/STJ).
2. As medidas liminares, editadas em juízo de mera verossimilhança, têm por finalidade ajustar provisoriamente a situação das partes envolvidas na relação jurídica litigiosa e, por isso mesmo, desempenham no processo uma função por natureza temporária. Sua eficácia se encerra com a superveniência da sentença, provimento tomado à base de cognição exauriente, apto a dar tratamento definitivo à controvérsia, atendendo ou não ao pedido ou simplesmente extinguindo o processo.
3. O julgamento da causa esgota, portanto, a finalidade da medida liminar, fazendo cessar a sua eficácia. Daí em diante, prevalece o comando da sentença, e as eventuais medidas de urgência devem ser postuladas no âmbito do sistema de recursos, seja a título de efeito suspensivo, seja a título de antecipação da tutela recursal, providências cabíveis não apenas em agravo de instrumento (CPC, arts. 527, III e 558), mas também em apelação (CPC, art. 558, § único) e em recursos especiais e extraordinários (RI/STF, art. 21, IV; RI/STJ, art. 34, V).
4. Conseqüentemente, a superveniência de sentença acarreta a inutilidade da discussão a respeito do cabimento ou não da medida liminar, ficando prejudicado eventual recurso, inclusive o especial, relativo à matéria.

(...)

(REsp 853.349/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2006, DJ 25/09/2006 p. 242)

Com relação ao argumento de inconstitucionalidade formal da ECE nº 16/99, observo que a referida emenda buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20 de 1998.

De outra banda, verifico que a Emenda Constitucional Estadual em tela foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco, e, como é de rigor, contou com aprovação de 3/5 da Assembleia Legislativa.

Assim, não se podendo cogitar de vício de iniciativa, e, tendo a matéria sido apreciada por quorum qualificado (superior ao exigido para aprovação das leis infraconstitucionais), não visualizo, dentro dos limites em que se desenvolve a presente lide, ocorrência de prejuízo à segurança jurídica, até porque a ECE nº 16 preservou o direito adquirido dos militares que preencheram as condições de transferência para inatividade antes do seu advento, em 05 de junho de 1999.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

093

Assim, afasto a alegação de inconstitucionalidade formal da norma ora impugnada, e passo ao exame da matéria de fundo.

No que tange ao pedido de retificação do ato de reforma, busca o autor/apelante a fixação dos seus proventos com base no grau hierárquico de Terceiro-Sargento PM, a teor do art. 98, § 2º, "c", da Lei nº 6.783/74.

Cumpra, no ponto, ressaltar que o dispositivo legal em apreço foi revogado com o advento da ECE nº 16/99.

Com efeito, a Emenda Constitucional Estadual em questão estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor (civil ou militar), no cargo efetivo em que se deu o ato de aposentação.

Assim, com o advento da emenda, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo do art. 83, § 1º e incisos, da Lei nº 10.426/90, in verbis:

Art. 83

§ 1º O servidor militar terá os seus proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico, que na forma da lei, for considerado imediato ao que possuía na ativa, além das vantagens a que fizer jus, quando:

I- incapacitado pelos motivos constantes do inciso I do "caput", deste artigo;

II- verificada a incapacidade definitiva, pelos motivos a que se refere o inciso IV do "caput" deste artigo, for o servidor militar, com qualquer tempo de serviço considerado inválido.

No mesmo sentido, o art. 98 e parágrafos, da Lei nº 6.783/74, in litteris:

Art.98 - O policial-militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item I do Artigo 96, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

094

§ 1º. - Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens II, III e IV do Artigo 96, quando verificada a incapacidade definitiva, for o policial-militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§ 2º. - Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato:

- a) o de Primeiro Tenente PM, para Aspirante-a-Oficial PM;
- b) o de Segundo Tenente PM, para subtenente PM, Primeiro-Sargento PM, Segundo-Sargento PM e Terceiro-Sargento PM; e
- c) o de Terceiro-Sargento PM, para Cabo PM e Soldado PM.

Posteriormente, com a edição da Emenda Constitucional Estadual nº 24/2005, restou revogada - no que tange aos servidores militares -, a vedação expressa então constante do art. 171, §§ 2º e 3º, da CE.

Impende, no ponto, registrar a inviabilidade da repristinação daqueles dispositivos tacitamente revogados, em decorrência das alterações advindas com a ECE nº 24/05, motivo pelo qual é inaplicável aquela disciplina legal, tal como pretendido pelo ora apelante.

Na seqüência, e tendo em conta que a relação jurídica de fundo é de trato sucessivo, e como tal suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, impende considerar os termos da Lei Complementar nº 59 de 05 de julho de 2004, que dispõe, in litteris:

Art. 21. Fica assegurada aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

Compulsando os autos, verifico que o apelante, então "Soldado PM", foi transferido para a inatividade com os proventos de "Cabo PM", em conformidade com o art. 21, caput, supramencionado (fls. 34), e atendendo-se ao escalonamento constante do Anexo I-A da referida Lei Complementar Estadual.

Logo, não assiste direito ao apelante à fixação dos seus proventos na forma pretendida - com base na graduação hierárquica de Terceiro-Sargento -, porquanto o posto hierárquico superior ao ocupado por ele na atividade é o de Cabo PM.

Passo ao exame do pleito de implantação do adicional de inatividade nos moldes da Lei nº 10.426/90.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

63
1
095

O adicional de inatividade - enquanto esteve em vigor - era deferido aos militares no ato da inativação, em função da soma dos anos de serviço prestados à Corporação.

No caso vertente, não comprovou o autor/apelante o tempo de serviço necessário à percepção do adicional de inatividade, de que tratava a Lei Estadual 10.426/90.

Isto porque, tendo sido o adicional de inatividade extinto, por incompatibilidade vertical, pela Emenda à Constituição Estadual nº 16/99, o autor/apelante, para fazer jus ao mesmo, teria que preencher as condições legalmente estatuídas para a transferência à inatividade, em 05 de junho de 1999, tal como previsto no art. 1º, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.

Inclusive, conforme aduziu o apelante na exordial, o mesmo ingressou na Corporação no ano de 1982, não reunindo, em 05 de junho de 1999, as condições necessárias a sua transferência para inatividade, de modo a permitir a invocação, em tese, de eventual direito adquirido à percepção do adicional de inatividade, quando da subsequente reforma.

Com efeito, o seu ato de reforma ocorreu no ano de 2007 (fls. 34), restando patente a não incidência da vantagem pretendida na hipótese em lume.

Nesse sentido, é firme o posicionamento desta Corte de Justiça:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. REJEITADAS. ADICIONAL DE INATIVIDADE. AUSÊNCIA DE TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DO DIREITO ADQUIRIDO. APELO PROVIDO À UNANIMIDADE. 1.No que tange a preliminar suscitada pelo Estado de Impossibilidade Jurídica do Pedido, conheço da mesma, mas entendo que não deve prosperar, tendo em vista que se trata de pedido existente no mundo jurídico uma vez que entende o Apelado possuir direito a determinado adicional que foi subtraído indevidamente. 2.O Estado de Pernambuco alega que o ora Apelado interpôs a presente Ação somente contra a FUNAPE e a FUNAFIM não fazendo menção a ele, requerendo portando a extinção do feito sem julgamento do mérito ante a ilegitimidade passiva posto que deveria ser parte juntamente com os outros dois institutos. Contudo, cai por terra tal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

64
1
096

afirmação tendo em vista que às fls. 34 o autor veio aos autos emendando a inicial e indicando como parte ré o Estado. Além disso, não haveria que se falar em ilegitimidade passiva do mesmo, tendo em vista que a FUNAPE e a FUNAFIN integram a Administração Indireta do ora Apelante possuindo a mesma procuradoria para lhes representar em juízo. 3. É irrefutável, portanto, com fulcro, inclusive, na orientação jurisprudencial dominante, que o tempo de serviço do militar exigido em lei para a percepção do Adicional de Inatividade deve ser piamente cumprido, posto que o benefício é concedido em virtude do mesmo. Em verdade, a improcedência do pedido da autoria reside no fato de não haver esta preenchido, até a extinção do benefício p'iteado, o requisito mínimo do art. 91, I da Lei Estadual nº 10.426/90, já que não somava, considerando-se o tempo de serviço na Previdência Social, o mínimo exigido de 25 anos. 4. Inexiste, portanto, o alegado direito adquirido. 5. Apelo provido à unanimidade. (Apelação Cível nº 167269-7, Relator: Des. Luiz Carlos Figueiredo, DJ: 16.09.2008)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. ADICIONAL DE INATIVIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. 1. Afasta-se, proêmio, a arguição de prescrição do fundo de direito, eis que não comprovado o indeferimento administrativo há mais de cinco anos. 2. O autor não fez prova de seu tempo de serviço, tendo carreado aos autos apenas cópia de um demonstrativo de pagamento relativo ao mês de abril/2007. 3. Sem a devida comprovação de tempo de serviço, resta inviável cogitar, mesmo em tese, de reconhecimento de eventual direito à percepção do adicional de inatividade, de que tratava a Lei Estadual nº 10.426/90. 4. Ademais, os autos indicam que o agravado teria completado 25 (vinte e cinco) anos de serviço posteriormente à edição da EC 16/99. 5. Uma vez fixada a inexistência de elementos conducentes ao reconhecimento do direito à percepção do adicional de inatividade, despicienda a análise referente à sua respectiva forma de cálculo. 6. Agravo provido, em ordem a cassar em definitivo a interlocutória deferida em primeiro grau. (AI 0159806-5, Relator: Des. Francisco Bandeira de Mello)

A respeito da extinção do referido adicional de inatividade, é pacífico na Corte Suprema, in verbis:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

097

ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estipêndio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes." (STF, RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31-03-2006 PP-00038). Grifei.

Ante o exposto, tendo em conta o posicionamento dominante dos Tribunais Superiores e a manifesta improcedência das razões recursais, nego provimento a apelação cível em foco, o que faço com fulcro no art. 557, caput, do CPC. Publique-se.

Pois bem.


Tais fundamentos, que tenho por auto-explicativos, são suficientes para o improvimento do recurso.

Deveras, a matéria trazida à baila foi efetivamente enfrentada no julgamento da apelação cível, não tendo o agravante apresentado novos argumentos aptos a infirmar os termos em que lançada a decisão guerreada.

Com efeito, as razões do recurso consistem na reprodução dos argumentos expedidos no Recurso de Apelação (nº 0202505-2), todos eles explicitamente enfrentados na decisão em tela, que é de ser mantida por seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, **nego provimento** a este Recurso de Agravo, mantendo a decisão agravada, nos exatos termos em que lançada nos autos.

É como voto.

Recife, 25 de Janeiro de 2010.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator